



SRMN
Complexo Eólico

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

SRMN Holding S.A.

CNPJ Nº 30.656.993/0001-15

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com eolicas@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR - CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A COMPANHIA	4
2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	5
3. POLÍTICA DE EQUIDADE	5
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado	7
Demonstração de Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. Contexto Operacional	10
2. Base de Preparação	10
3. Políticas Contábeis Materiais	11
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	14
5. Clientes	14
6. Títulos e Valores Mobiliários	14
7. Investimentos	15
8. Imobilizado	15
9. Partes Relacionadas	16
10. Fornecedores	16
11. Empréstimos e Financiamentos	17
12. Obrigação pela não Performance de Geração de Energia	17
13. Outras contas a pagar	18
14. Provisões para litígios e passivos contingentes	18
15. Patrimônio Líquido	18
16. Receita Operacional Líquida	19
17. Custos e Despesas Operacionais	19
18. Resultado Financeiro	20
19. Imposto de Renda e Contribuição Social	21
20. Instrumentos Financeiros	22
21. Seguros	25
22. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	25
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A SRMN Holding S.A. (SRMN Holding ou Companhia), em atendimento aos compromissos societários e às boas práticas de governança corporativa, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente. A Diretoria da Companhia está à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Curitiba, 27 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

Constituída em junho de 2018, a Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel) desde 30.01.2023, após aquisição de seu controle junto a EDP Renováveis. Na condição de Holding, é controladora de 5 SPEs que formam um complexo de parque eólico denominado Santa Rosa & Mundo Novo (SRMN).

Atua no segmento de energia e tem por objeto, especificamente, a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial das Centrais Eólicas SRMN I, II, III, IV e V a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral e de gestão de participações societárias relacionados a essas atividades.

Em 20.12.2017, as 5 controladas da Companhia, venderam energia eólica no Leilão de Energia 05/2017. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 67,1 MW médios pelo preço de R\$ 108,25/MWh.

A seguir são apresentadas as principais informações dos parques geradores, localizados nos municípios de São Tomé (Fazenda Mundo Novo) e Lajes (Fazenda Santa Rosa), no Rio Grande do Norte:

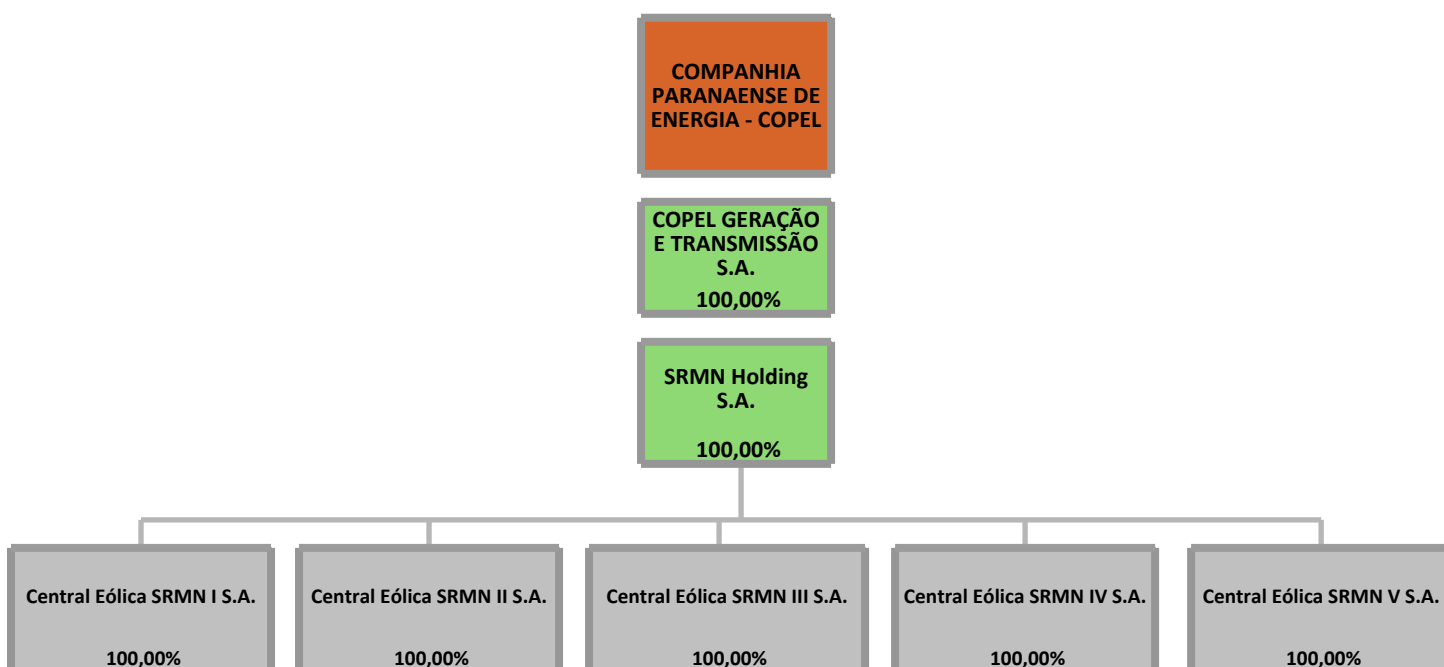
Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/MWh ⁽²⁾	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Central Eólica SRMN I S.A.	33,6	17,3	124,3	143,60	01.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN II S.A.	29,4	17,2	134,4	143,60	30.11.2021	03.06.2053
Central Eólica SRMN III S.A.	33,6	21,5	161,0	143,60	05.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN IV S.A.	33,6	21,0	153,9	143,60	01.01.2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN V S.A.	25,2	15,8	103,9	143,60	17.12.2021	03.06.2053
Total das Eólicas	155,4	92,8	677,5			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2025.

(2) Preço atualizado até dezembro/2025.

ORGANOGRAMA - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

31.12.2025



2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2025	2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	802.291	797.377	0,6
Caixa e equivalentes de caixa	117.040	67.631	73,1
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	16.403	14.731	11,4
Dívida total	515.147	530.021	(2,8)
Dívida líquida	381.704	447.659	(14,7)
Receita operacional bruta	126.725	109.964	15,2
Deduções da receita	(5.091)	(4.642)	9,7
Receita operacional líquida (ROL)	121.634	105.322	15,5
Custos e despesas operacionais	(66.917)	(65.024)	2,9
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	54.717	40.298	35,8
Ebitda ou Lajida (a)	87.753	73.853	18,8
Resultado financeiro	(21.441)	(35.339)	(39,3)
IRPJ/CSLL	(9.307)	(5.805)	60,3
Lucro operacional	33.276	4.959	571,0
Lucro líquido do exercício	23.969	(846)	(2.933,2)
Patrimônio líquido	233.571	215.295	8,5
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	2,2	1,4	57,1
Liquidez geral (índice)	0,3	0,2	50,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	72,1	70,1	2,9
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	220,6	246,2	(10,4)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	27,4	4,7	483,0
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	19,7	(0,8)	(2.562,5)
Participação de capital de terceiros (%)	70,9	73,0	(2,9)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (b)	10,3	(0,4)	(2.675,0)

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

(b) Lucro Líquido ÷ Patrimônio Líquido

3. POLÍTICA DE EQUIDADE

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.480	3.321	117.040	67.631
Clientes	5	—	—	17.674	13.797
Dividendos a receber	9.1	10.873	1.314	—	—
Outros créditos		—	—	2.233	2.236
Imposto de renda e contribuição social		100	37	1.155	353
Despesas antecipadas		—	4	1.333	1.080
		14.453	4.676	139.435	85.097
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	—	—	16.403	14.731
Depósitos judiciais		—	—	—	1
		—	—	16.403	14.732
Investimentos	7	224.838	210.655	—	—
Imobilizado	8	—	—	640.741	692.776
Intangível		—	—	5.712	4.772
		224.838	210.655	662.856	712.280
TOTAL DO ATIVO		239.291	215.331	802.291	797.377

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE					
Partes relacionadas	9.1	2	—	417	502
Fornecedores	10	—	7	3.514	21.474
Imposto de renda e contribuição social		22	27	2.373	1.325
Outras obrigações fiscais		3	2	520	545
Empréstimos e financiamentos	11	—	—	16.930	15.898
Dividendos a pagar	9.1	5.693	—	5.693	—
Obrigação pela não performance de geração de energia	12	—	—	33.453	20.846
Outras contas a pagar	13	—	—	1.604	1.362
		5.720	36	64.504	61.952
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	2.190	495
Empréstimos e financiamentos	11	—	—	498.217	514.123
Outras contas a pagar	13	—	—	2.450	4.242
Provisões para litígios	14.1	—	—	1.359	1.270
		—	—	504.216	520.130
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	15.1	206.388	206.388	206.388	206.388
Reserva legal	15.2	2.254	1.056	2.254	1.056
Reserva de retenção de lucros	15.2	7.851	7.851	7.851	7.851
Dividendo adicional proposto	15.3	17.078	—	17.078	—
		233.571	215.295	233.571	215.295
TOTAL DO PASSIVO		239.291	215.331	802.291	797.377

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	–	–	121.634	105.322
Custos Operacionais	17	–	–	(61.519)	(57.812)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		–	–	60.115	47.510
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	17	–	–	16	(7)
Despesas gerais e administrativas	17	(143)	(190)	(4.759)	(6.671)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	–	–	(655)	(534)
Resultado da equivalência patrimonial	7	23.742	(793)	–	–
		23.599	(983)	(5.398)	(7.212)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		23.599	(983)	54.717	40.298
Resultado Financeiro	18				
Receitas financeiras		419	175	15.353	5.822
Despesas financeiras		–	–	(36.794)	(41.161)
		419	175	(21.441)	(35.339)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		24.018	(808)	33.276	4.959
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19				
Imposto de renda e contribuição social		(49)	(38)	(7.612)	(5.509)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	(1.695)	(296)
		(49)	(38)	(9.307)	(5.805)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		23.969	(846)	23.969	(846)
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais					
Ações ordinárias	15.4	0,05874	(0,00206)		

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	23.969	(846)	23.969	(846)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	23.969	(846)	23.969	(846)

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Reservas de Lucros			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2024		206.388	1.056	8.697	7.551	—	223.692
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(846)	(846)
Deliberação de dividendo adicional proposto		—	—	—	(7.551)	—	(7.551)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva de retenção de lucros	15.3	—	—	(846)	—	846	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		206.388	1.056	7.851	—	—	215.295
Lucro do Exercício		—	—	—	—	23.969	23.969
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal		—	1.198	—	—	(1.198)	—
Dividendos	15.3	—	—	—	—	(5.693)	(5.693)
Dividendo adicional proposto	15.3	—	—	—	17.078	(17.078)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		206.388	2.254	7.851	17.078	—	233.571

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		23.969	(846)	23.969	(846)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		—	—	37.350	40.773
Imposto de renda e contribuição social	19	49	38	7.612	5.509
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	—	—	1.695	296
Resultado da equivalência patrimonial	7	(23.742)	793	—	—
Depreciação		—	—	33.036	33.557
Provisão de não performance de geração de energia e ressarcimento do curtailment	12	—	—	11.739	17.223
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		—	—	(16)	—
Resultado das baixas de intangível		—	—	—	304
Resultado das baixas de imobilizado	8.1	—	—	—	6.109
		276	(15)	115.385	102.925
Redução (aumento) dos ativos					
Cientes		—	—	(3.860)	863
Dividendos recebidos		—	11.884	—	—
Outros créditos		—	—	3	992
Estoques		—	—	—	2.079
Imposto de renda e contribuição social		(63)	(37)	(802)	(217)
Despesas antecipadas		4	(1)	(253)	(911)
Partes relacionadas		—	—	—	11
Depósitos judiciais		—	—	1	—
		(59)	11.846	(4.911)	2.817
Aumento (redução) dos passivos					
Partes relacionadas		2	(2)	(85)	(288)
Fornecedores		(7)	3	(164)	(7.274)
Outras obrigações fiscais		1	2	(25)	38
Outras contas a pagar		—	—	545	1.150
		(4)	3	271	(6.374)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		213	11.834	110.745	99.368
Imposto de renda e contribuição social pagos		(54)	(11)	(6.564)	(5.113)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	—	—	(38.386)	(41.794)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		159	11.823	65.795	52.461
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		—	—	(1.672)	3.892
Aquisições de intangível		—	—	(957)	(804)
Aquisições de imobilizado		—	—	(787)	(720)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
		—	—	(3.416)	2.368
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	—	—	(12.970)	(11.681)
Dividendos pagos		—	(10.068)	—	(10.068)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
		—	(10.068)	(12.970)	(21.749)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		159	1.755	49.409	33.080
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	3.321	1.566	67.631	34.551
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	3.480	3.321	117.040	67.631
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		159	1.755	49.409	33.080

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A SRMN Holding S.A. (SRMN, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Jose Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel) tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas localizadas no estado do Rio Grande do Norte, e comercialização de energia elétrica por meio de suas participações societárias.

1.1. Participações societárias

Controladas	Autorização	Vencimento
Central Eólica SRMN I S.A.	Despacho Aneel nº 387/2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN II S.A.	Despacho Aneel nº 3.827/2021	03.06.2053
Central Eólica SRMN III S.A.	Despacho Aneel nº 11/2022	03.06.2053
Central Eólica SRMN IV S.A.	Despacho Aneel nº 4.218/2021	03.06.2053
Central Eólica SRMN V S.A.	Despacho Aneel nº 4.056/2021	03.06.2053

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 27.03.2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas. explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nº 3.3 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.4 e 8.1 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;

- NEs nº 3.5 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.6 e 16 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e provisão pela não performance de geração de energia;
- NEs nº 3.7 e 19 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos;

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Base de consolidação

3.1.1. Controladas

As controladas são as entidades em que a Companhia detém o controle. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidos ao custo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis ao seu negócio de atuação, constitui ou não crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.9. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	28	5	6.343	3.131
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.452	3.316	110.697	64.500
	3.480	3.321	117.040	67.631

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 96,00% e 100,50% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2025	31.12.2024
Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR	9.966	7	82	10.055	9.828
CCEE	4.329	–	–	4.329	900
Contratos bilaterais	3.290	–	–	3.290	3.071
(-) Perdas de créditos esperadas	–	–	–	–	(2)
	17.585	7	82	17.674	13.797

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos (a)	16.403	14.731
	Não circulante	16.403
		14.731

(a) Contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos de financiamento.

7. Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2024	Equivalência patrimonial	Deliberação Dividendos Adicionais	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2024	Equivalência patrimonial	Deliberação Dividendos Adicionais	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2025
Controladas									
Central Eólica SRMN I S.A.	34.794	(5.003)	—	—	29.791	93	—	—	29.884
Central Eólica SRMN II S.A.	56.887	614	(1.859)	(145)	55.497	7.751	(438)	(1.841)	60.969
Central Eólica SRMN III S.A.	45.855	1.843	(2.723)	(437)	44.538	7.218	(1.314)	(1.714)	48.728
Central Eólica SRMN IV S.A.	43.609	3.075	(3.607)	(730)	42.347	8.291	(2.191)	(1.969)	46.478
Central Eólica SRMN V S.A.	40.529	(1.324)	(723)	—	38.482	389	—	(92)	38.779
	221.674	(795)	(8.912)	(1.312)	210.655	23.742	(3.943)	(5.616)	224.838

8. Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2025	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2024
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	741.979	(111.980)	629.999	761.858	(79.447)	682.411
Edificações	11.375	(1.520)	9.855	11.373	(1.128)	10.245
Móveis e utensílios	100	(20)	80	100	(14)	86
	753.454	(113.520)	639.934	773.331	(80.589)	692.742
Em curso						
Custo	807	—	807	34	—	34
	807	—	807	34	—	34
	754.261	(113.520)	640.741	773.365	(80.589)	692.776

8.1. Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Provisão para descomissionamento	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2024	Adições	Provisão para descomissionamento	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Em serviço													
Máquinas e equipamentos	649.271	—	946	(33.052)	(741)	65.987	682.411	—	(2.096)	(32.534)	(17.814)	32	629.999
Edificações	10.637	—	—	(392)	—	—	10.245	—	—	(390)	—	—	9.855
Móveis e utensílios	93	—	—	(7)	—	—	86	—	—	(6)	—	—	80
	660.001	—	946	(33.451)	(741)	65.987	692.742	—	(2.096)	(32.930)	(17.814)	32	639.934
Em curso													
Custo	70.669	720	—	—	(5.368)	(65.987)	34	805	—	—	—	(32)	807
	70.669	720	—	—	(5.368)	(65.987)	34	805	—	—	—	(32)	807
	730.670	720	946	(33.451)	(6.109)	—	692.776	805	(2.096)	(32.930)	(17.814)	—	640.741

A taxa média de depreciação é de 4,43% a.a. (4,50% em 2024).

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócios e, nesse sentido, avaliou os ativos em operação e não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável dos ativos.

9. Partes Relacionadas

9.1. Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo Circulante				
Controladas				
Dividendos a receber				
Central Eólica SRMN II S.A.	2.425	146	–	–
Central Eólica SRMN III S.A.	3.466	438	–	–
Central Eólica SRMN IV S.A.	4.890	730	–	–
Central Eólica SRMN V S.A.	92	–	–	–
	10.873	1.314	–	–
Passivo Circulante				
Controladores				
Copel Geração e Transmissão S.A				
Compartilhamento de estrutura (a)	1	–	277	372
Dividendo a pagar	5.693	–	5.693	–
Entidades sob controle comum				
Copel Distribuição S.A.				
Compartilhamento de estrutura (a)	1	–	140	130
Total Ativo	10.873	1.314	–	–
Total Passivo	5.695	–	6.110	502

(a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

9.2. Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controladores								
Copel Geração e Transmissão S.A								
Venda de energia	–	–	–	–	6.508	–	–	–
Operação e manutenção	–	–	177	–	–	–	(2.348)	–
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Venda de energia	–	–	–	–	8.040	6.808	–	–
Copel Comercialização S.A.								
Compra e venda de energia	486	–	–	–	6.836	3.442	(4.344)	(6.088)
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais	–	–	–	–	–	–	(1.447)	(1.987)
Planos previdenciários e assistenciais	–	–	–	–	–	–	(204)	(297)

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

10. Fornecedores

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	2.831	20.969
Encargos de uso da rede elétrica	683	505
	3.514	21.474

11. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB tiveram o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos.

Consolidado	Garantias	31.12.2025	31.12.2024
Empresas			
Central Eólica SRMN I S.A.	Fiança bancária, com contraprestação fidejussória da Copel GET.	111.819	114.714
Central Eólica SRMN II S.A.		96.495	99.422
Central Eólica SRMN III S.A.		111.658	115.090
Central Eólica SRMN IV S.A.		114.482	117.328
Central Eólica SRMN V S.A.		82.343	85.212
	Total moeda nacional	516.797	531.766
	Dívida bruta	516.797	531.766
	(-) Custo de transação	(1.650)	(1.745)
	Dívida líquida	515.147	530.021
	Circulante	16.930	15.898
	Não circulante	498.217	514.123

O custo médio da dívida em taxa nominal em 31.12.2025 é de 6,69% a.a (7,32% a.a em 31.12.2024), o que equivale a 44,91% do CDI 60,21% do CDI em 2024).

11.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2027	17.767	(94)	17.673
2028	18.740	(97)	18.643
2029	20.121	(94)	20.027
2030	21.368	(97)	21.271
2031	22.654	(97)	22.557
Após 2031	399.126	(1.080)	398.046
	499.776	(1.559)	498.217

11.2. Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2024	542.722
Encargos	40.774
Amortização - principal	(11.681)
Pagamento - encargos	(41.794)
Em 31.12.2024	530.021
Encargos	36.482
Amortização - principal	(12.970)
Pagamento - encargos	(38.386)
Em 31.12.2025	515.147

12. Obrigação pela não Performance de Geração de Energia

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas e fluxos de caixa futuros. Diante dessa previsão contratual, a Companhia efetua o registro por estimativa dos passivos contratuais, reconhecidos no resultado como ajuste negativo da receita.

Consolidado	Total
Em 1º.01.2024	3.623
Provisão (Reversão)	17.045
Atualização	178
Em 31.12.2024	20.846
Provisão (Reversão)	17.736
Atualização	868
Curtailment (NE nº 20.2.4)	(5.997)
Em 31.12.2025	33.453
Circulante	33.453

13. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para descomissionamento parques eólicos (a)	1.892	3.686
Seguro - Prêmios a pagar	1.511	1.238
Outras obrigações	651	680
	4.054	5.604
Circulante	1.604	1.362
Não circulante	2.450	4.242

(a) Provisão calculada com base no valor atual dos custos futuros de desmantelamento dos parques eólicos, contabilizada em contrapartida ao Imobilizado (NE nº 8). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento dos parques eólicos.

14. Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

14.1. Mutação das provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Resultado	Saldo em 31.12.2024	Resultado	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 31.12.2025
		Provisões para litígios		Provisões para litígios			
		Reversões		Adições			
Cíveis							
Servidões de passagem	1.574	(304)	1.270	—	89	—	1.359
	1.574	(304)	1.270	—	89	—	1.359

14.2. Passivo contingente

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2025 a Companhia não possui passivos contingentes (R\$ 34 em 31.12.2024 de natureza trabalhista).

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 206.388 (R\$ 206.388 em 31.12.2024), é composto por 408.097.154 de ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

15.2. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

15.3. Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Cálculo dos dividendos		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	23.969	(846)
(-) Absorção do Prejuízo Acumulado	-	846
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	23.969	-
Reserva legal (5%)	(1.198)	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	22.771	-
Dividendos mínimos obrigatórios	5.693	-
Dividendos adicionais propostos	17.078	-
Total de dividendos	22.771	-
Valor do dividendo por ação	0,05581	-

15.4. Resultado Líquido básico e diluído por ação

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) atribuído à acionista controladora	23.969	(846)
Denominador		
Média ponderada das ações (em unidades)	408.097.154	408.097.154
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,05874	(0,00206)

16. Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER / Bilaterais	134.849	120.252
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	4.617	6.935
(-) Provisão/Reversão para não performance de geração (a)	(12.741)	(17.223)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(5.091)	(4.642)
	121.634	105.322

(a) O saldo contempla a provisão de não performance compensado pelo ressarcimento do curtailment (NEs nºs 12 e 20.2.4)

17. Custos e Despesas Operacionais

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e administradores	(4)	(2)
Planos previdenciário e assistencial	(2)	-
Serviços de terceiros	(129)	(173)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(8)	(15)
	(143)	(190)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada para revenda	(14.590)	–	–	–	(14.590)	(10.797)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.452)	–	–	–	(2.452)	(1.878)
Pessoal e administradores	–	–	(1.447)	–	(1.447)	(1.987)
Planos previdenciário e assistencial	–	–	(204)	–	(204)	(297)
Material	(148)	–	–	–	(148)	(670)
Serviços de terceiros	(12.423)	–	(1.343)	–	(13.766)	(10.954)
Depreciação e amortização	(33.036)	–	–	–	(33.036)	(33.555)
Provisões e reversões	–	16	–	–	16	(40)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (a)	1.130	–	(1.765)	(655)	(1.290)	(4.846)
	(61.519)	16	(4.759)	(655)	(66.917)	(65.024)

(a) O saldo de 2025 contempla valores de ressarcimento do curtailment (NE nº 20.2.4)

17.1. Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2025
Arrendamento de terrenos	1.214	5.655	39.653	46.522

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

18. Resultado Financeiro

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	12.680	5.746
Outras receitas financeiras	2.673	76
	15.353	5.822
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	36.481	40.774
Outras despesas financeiras	313	387
	36.794	41.161
Líquido	(21.441)	(35.339)

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	24.018	(808)
IRPJ e CSLL (34%)	(8.166)	275
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência patrimonial	8.072	(270)
Despesas indedutíveis	(1.106)	—
Realização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	(23.613)	—
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	—	(60)
Outros	(1.000)	17
IRPJ e CSLL correntes	(49)	(38)
Alíquota efetiva - %	— %	5 %

Consolidado	31.12.2025		31.12.2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER / Bilaterais	134.849	134.849	120.252	120.252
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	4.617	4.617	6.935	6.935
Alíquota sobre a receita bruta	8 %	12 %	8 %	12 %
Base de cálculo	11.157	16.736	10.175	15.262
Receita Financeira	14.934	14.934	5.647	5.647
(-) Receita Financeira Provisionada	(4.988)	(4.988)	(704)	(704)
Base de cálculo Receita Financeira	9.946	9.946	4.943	4.943
Outras Receitas	17	17	—	—
(=) Base de cálculo	21.120	26.699	15.118	20.205
Alíquotas vigentes	15 %	9 %	15 %	9 %
Adicional	10 %		10 %	
Imposto de renda e contribuição social	5.209	2.403	3.683	1.826
Receita Financeira Provisionada	4.988	4.988	872	872
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.247	448	218	78

19.1. Reforma tributária do consumo

Em 2023, foi instituída a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com regulamentações sancionadas em 2024 e 2025, estabelecendo um novo modelo de tributação com implementação gradual, ainda sujeito a regulamentações complementares e definições operacionais por parte das autoridades competentes. Considerando a relevância e a complexidade do tema, a Companhia constituiu grupo multidisciplinar para avaliar os potenciais impactos sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais, a Administração definiu e iniciou, ao longo de 2025, plano estruturado de adequação às novas exigências legais e operacionais, incluindo revisão de processos e atualização de sistemas. Em 2026, a Companhia dará continuidade às ações, com foco nas alterações previstas para 2027, mantendo monitoramento contínuo da evolução legislativa e refletindo prospectivamente em suas demonstrações financeiras eventuais impactos decorrentes de mudanças futuras.

20. Instrumentos Financeiros

20.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	3.480	3.480	3.321	3.321
Total dos ativos financeiros			3.480	3.480	3.321	3.321
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		—	—	7	7
Total dos passivos financeiros			—	—	7	7

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	117.040	117.040	67.631	67.631
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	16.403	16.403	14.731	14.731
			133.443	133.443	82.362	82.362
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		17.674	17.674	13.797	13.797
			17.674	17.674	13.797	13.797
Total dos ativos financeiros			151.117	151.117	96.159	96.159
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		3.514	3.514	21.474	21.474
Empréstimos e financiamentos (c)	11		516.797	516.797	531.766	531.766
Total dos passivos financeiros			520.311	520.311	553.240	553.240

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB que tem o valor justo similar ao valor contábil, tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.

20.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

20.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Exposição ao risco de crédito		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	117.040	67.631
Títulos e valores mobiliários (a)	16.403	14.731
Clientes (b)	17.674	13.797
	151.117	96.159

- (a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- (b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, relacionado a fatores internos e externos. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

20.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	1 a 3 a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2025						
Fornecedores	3.180	329	5	—	—	3.514
Empréstimos e financiamentos	2.156	5.142	23.394	139.117	729.785	899.594
	5.336	5.471	23.399	139.117	729.785	903.108

Conforme divulgado nas NEs nºs 11, a Companhia tem empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

20.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data das demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 12,25%, IPCA: 4,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico..

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2025	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	16.403	2.009	1.507	1.006
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta IPCA	(516.797)	(20.672)	(25.840)	(31.008)

20.2.4. Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 12. O aumento do passivo se deve ao fato de que os montantes a pagar ficaram suspensos em virtude das discussões no setor a respeito das restrições de geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência das restrições, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste. Estes eventos de redução ou corte da geração de energia, principalmente em usinas eólicas e solares, se dão quando a produção supera a capacidade de consumo ou de transmissão do sistema elétrico (*curtailment*).

Em dezembro de 2023 a Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR ingressaram com processo judicial solicitando a compensação dos geradores por eventos por restrição de operação. Entre 2023 e 2025 houve decisões favoráveis às Associações que, no entanto, foram revogadas, de modo que não houve nenhuma compensação durante esse período.

Em 25.11.2025 foi publicada a Lei nº 15.269/2025 que modernizou o marco regulatório do setor elétrico brasileiro e que dispõe, dentre outros dispositivos, que os titulares de usinas com outorga de geração de energia eólica ou solar fotovoltaica conectadas ao SIN passam a ter prerrogativa de celebrar termo de compromisso com o poder concedente, com vistas a compensar os custos decorrentes de cortes de geração (*curtailment*) relativos à indisponibilidade externa e ao atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação, no período compreendido entre 01.09.2023 e a data de publicação da nova lei, qual seja, 25.11.2025. Como contrapartida pela assinatura do termo de compromisso, os agentes signatários devem renunciar formalmente à eventuais ações judiciais em curso que tratem de compensações ligadas ao mesmo tema, garantindo ainda, às partes, a isenção do pagamento de honorários de sucumbência das referidas ações. Por fim, a nova lei disciplina que o pagamento das compensações pelo poder concedente será destinado primordialmente à quitação de eventuais ressarcimentos, passados ou futuros, devidos pelo agente e que ainda não tenham sido liquidados, no âmbito da CCEE.

A Companhia está monitorando a regulamentação do novo dispositivo legal, em especial a Consulta Pública MME nº 210/2025, aberta em 31.12.2025 e com prazo limite para contribuições finalizado em 16.01.2026. Em dezembro de 2025, em Reunião de Diretoria, a Copel GeT deliberou pela adesão ao Termo de Compromisso pelas Sociedades de Propósito Específicos - SPEs eólicas sob seu controle, renunciando à ação judicial, respeitadas as condições basilares do acordo previstas Lei 15.269/2025. Deste modo, com base nas premissas disponíveis, a SRMN Holding apurou os valores do direito à compensação financeira de restrições de geração sofridas por indisponibilidade externa e por atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação ocorridas no período compreendido entre 01.09.2023 e 25.11.2025 e efetuou o registro do ganho de R\$ 8.538 no resultado de 2025, dos quais R\$ 5.864 foram registrados na receita operacional líquida, R\$ 2.494 em recuperação de custos (Custos operacionais) e na rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e R\$ 180 na receita financeira.

20.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	—	—	515.147	530.021
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.480)	(3.321)	(117.040)	(67.631)
(-) Títulos e Valores Mobiliários - garantias de contratos de dívidas	—	—	(16.403)	(14.731)
Dívida líquida ajustada	(3.480)	(3.321)	381.704	447.659
Patrimônio líquido	233.571	215.295	233.571	215.295
Endividamento do patrimônio líquido ajustado	(0,01)	(0,02)	1,63	2,08

21. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia estão demonstradas a seguir:

Consolidado	Término da vigência	Importância segurada				
		Central Eólica SRMN I S.A.	Central Eólica SRMN II S.A.	Central Eólica SRMN III S.A.	Central Eólica SRMN IV S.A.	Central Eólica SRMN V S.A.
Seguro Riscos Operacionais	28.05.2027	222.673	200.661	228.607	231.781	173.398
Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560	137.560	137.560	137.560	137.560
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	28.03.2026	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

22. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

22.1. Transações que não envolvem caixa

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Adições do ativo imobilizado	18	—
Provisão para descomissionamento	(2.096)	946
	(2.078)	946

As transações acima não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração do fluxo de caixa.

Curitiba, 27 de março de 2026

MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO REZENDE

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro

MICHAEL LUIZ DE SOUZA

Contador - CRC-PR-058084/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da SRMN Holding S.A (SRMN Hol), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), inscrita no CNPJ sob o nº 10.979.076/0001-64, declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da SRMN Hol de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da SRMN Hol de 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 27 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
SRMN Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SRMN Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



SRMN Holding S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

SRMN Holding S.A.

como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0